



COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2009
29 DE OUTUBRO DE 2009

Apresentação Inicial

Gerson Penna Secretário de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde-SVS/MS inicia a reunião parabenizando Beatriz Figueiredo Dobashi empossada dia 28.10.09 como Presidenta do CONASS. Parabeniza também Antônio Carlos Nardi pelo esforço de Joinville em assinar o Pacto pela Vida.

Beatriz Figueiredo Dobashi /CONASS fala da importância de rever o Pacto e seus indicadores.

Antônio Carlos Nardi /CONASEMS- Ressalta que as condições estão prontas para homologar o produto da discussão do Pacto e do andamento dos CGRs, onde foram realizadas oficinas em todos os estados. Não vê a necessidade de deixar para o próximo ano a avaliação dos indicadores do Pacto.

José René Santos/ CONASS ressalta que uma vez definidas as 11 prioridades para 2010-2011, é necessário avaliar a possibilidade de cumprir a data de novembro e dezembro. Propõe encaminhar a discussão dos indicadores para a Câmara Técnica da CIT.

Aparecida Linhares, Secretária Municipal de Saúde de Diadema/SP e Vice-Presidente do CONASEMS, concorda com René Santos quanto à importância de se avaliar os indicadores e que avanços aconteceram em cada política. Indaga se não seria necessário mais tempo para a discussão tripartite sobre este assunto.

Beatriz Figueiredo Dobashi /CONASS concorda com Aparecida Linhares Pimenta sobre a necessidade de ser feita uma reflexão da qualidade do processo de implantação das políticas do Ministério da Saúde e propõe fazer a discussão em dezembro com representantes de estados e municípios

Gerson Penna /SVS propõe que a Câmara Técnica - CT apresente uma metodologia de avaliação para CIT e depois seja agendada uma reunião.

Antônio Nardi /CONASEMS sugeriu uma CIT extraordinária em janeiro e que o resultado da reunião seja norteador para as demais ações da CITs do próximo ano.

Encaminhamentos: A reunião ficou acordada para Janeiro, com data a ser agendada.

Decisões / Encaminhamentos	
1. Homologações e Certificações	
<p>a) Termos de Compromisso de Gestão Municipais (relação anexa). DAGD/SE/MS.</p> <p>b) Certificação do Município de Fama/MG, Sossego/PB e Santa Filomena/PE para a gestão das ações de Vigilância em Saúde. DIGES/SVS/MS.</p>	<p>a) Homologados</p> <p>b) Certificados</p>
2. Discussões e Pactuações	
<p>a) Minuta de Portaria que estabelece as diretrizes para a implantação do Programa Telessaúde Brasil para apoio à Estratégia de Saúde da Família no Sistema Único de Saúde. SGTES/MS.</p> <p>b) Reajuste da portaria 2867</p>	<p>a) Retirada da pauta</p> <p>Ana Estela Haddad SGTES/DEGES/MS justificou a necessidade desta pauta no sentido de incrementar a discussão do Pacto de Redução da Mortalidade Infantil na Amazônia Legal e Nordeste.</p> <p>b) Pactuado com ressalvas.</p> <p>Antônio Carlos Nardi/CONASEMS fez algumas observações para a SAS sobre pontos críticos e compromissos assumidos e não cumpridos quanto ao repasse de recursos. Falou sobre a relação dos CAPS pendentes de repasse de recursos; sobre a pactuação da Política de Saúde Mental, onde o financiamento dos CAPs 3 tem sido a cargo dos municípios e que nenhum novo CAPs 3 foi credenciado após a tripartite de...</p> <p>Argumenta ainda que muitas discussões nas CIBs tenham sido tensas pelo não cumprimento do que foi pactuado no sentido da migração de FAEC para MAC; aponta que o faturamento dos CAPs caiu 50% quando foi feita a migração dos procedimentos do FAEC para o MAC e que existe um estímulo aos municípios para a implantação dos CAPS, mas não é feito o repasse e muitas vezes o recurso está ficando 100% por conta do município. A mídia tem criticado muito a</p>

Política de Saúde Mental do MS, apesar de toda a formulação existente sobre a desospitalização e pela Reforma Psiquiátrica. Ressalta ainda que, os recursos dos exames citopatológicos que migraram para o FAEC estão congelados e que as metas previstas no Pacto de prevenção do colo de câncer uterino, possivelmente não serão alcançadas. Propõe uma discussão aprofundada sobre estes procedimentos especificamente. Outra pendência é com relação aos CEOS, que foram credenciados e não tiveram suas portarias publicadas, assim como o SEREST e os leitos de UTI que foram credenciados com processos há mais de 120 dias e permanecem sem publicação. Lembra que houve um acordo de zerar as pendências antes da publicação de novas portarias e políticas e isto não aconteceu. Por outro lado outras portarias foram publicadas sem consenso e sem discussão tripartite. A reunião do CONASEMS foi muito difícil pelo não cumprimento dos acordos realizados

Irani Ribeiro/ CONASS opina que a preocupação dos estados é com os CAPs 3 que são referencias para a urgência e emergência. O não funcionamento dos CAPs faz com que o SAMU faça o atendimento sem ter para onde encaminhar. Assim os municípios tem tido resistência em implantar os CAPs

Giorgio Bottin/DRAC/MS justificou que para a análise da migração do MAC para o FAEC considerou-se como referencia o período de agosto a outubro, antes da migração de novembro, para se ter a base para o repasse antes da publicação. E informa que sobre os exames citopatológicos e CEOs têm feito discussão com o DAB.

Beatriz Figueiredo Dobashi /CONASS disse que é necessário separar os assuntos. Há sim, pendências, mas a portaria tem que ser o retrato do momento e refletir a realidade dos estados. Opina que existe um assunto maior que é o respeito às pactuações que foram feitas neste fórum. Cita que portarias pactuadas não foram publicadas e que outras portarias publicadas não foram pactuadas. Fala ainda de serviços aprovados e não financiados. Afirma que, isto também é um desrespeito a estas pactuações.

Gerson Penna /SVS consulta se a CIT aprova com as ressalvas de revisões. E propõe acatar a revisão da minuta com as ressalvas de que se novas revisões forem necessárias serão pautadas. Pautar a discussão da ampliação da implantação do SEREST. Além da realização de uma reunião da SAS com o CONASS e CONASEMS, no GT da câmara técnica e se possível com a participação da D^a Márcia Bassit. onde os pontos devem servir de exemplos, mas a pauta principal é a de portarias que foram pactuadas e não publicadas e portarias publicadas e não pactuadas.

Tendo como encaminhamento a decisão de solicitação de reunião com SAS, aprovada pela CIT.

3. Apresentações e discussões	
(a) Situação atual das UPAs – Unidades de Pronto Atendimento. SAS/MS.	<p>a) Carla Pintas-DAEN/SAS/MS, realiza a apresentação das UPAS.</p> <p>Iranir Ribeiro CONASS coloca que é importante integrar esta discussão na rede de atenção as urgências e emergências, pois esta é um componente da rede. E pergunta como está o componente (recursos dos hospitais)? Como está o SAMU regional? E como estão interligadas as equipes de atenção á saúde. Ressalta ainda que o SAMU não ira suportar mais um ano sem rede, devido também os hospitais estarem sucateados. E questiona como as UPAS irão encaminhar, já que possuem leitos de observação.</p> <p>Carla Pintas DAEM/SAS fez o informe sobre Seminário Nacional das UPAs.</p> <p>Aparecida Linhares Pimenta /CONASEMS frisar que em São Paulo houve uma proliferação de SAMUs- pergunta se MS planejou recursos para a habilitação destes SAMUs, se existem recursos para implantar estes núcleos? E sobre a renovação da frota dos SAMUs?</p> <p>Giorgio Bottin/DRAC/MS ressalta a ambulatorização dos procedimentos. E quem tem estadualizado estes SAMUS? E que é preciso pensar uma nova forma de implementar a política de urgência e emergência.</p> <p>Gerson Penna/SVS comunga com tudo que CONASSe CONASEMS fala, porém que a discussão não pode ser só de financiamento, a discussão deve ser política, no âmbito do que já foi tratado anteriormente.</p> <p>Carla Pintas DAEM/SAS afirma que o MS tem olhado de perto todas as habilitações para que nenhum município seja habilitado sem rede SAMU. Se o município não tem a rede, o Ministério presta cooperação técnica ao município, além de ser observada a rede de atenção básica. Outra solução que tem sido dada são os consórcios. E ressalta que sabe da dificuldade hospitalar e que não serão as UPAS que irão resolver esses problemas.</p> <p>Claunara Mendonça/DAB/SAS/MS enfatiza que para a formação do profissional da equipe saúde da família e que está sendo preparado o caderno de atenção básica, que dará a diretriz e operacionalização da formação desta rede de urgências e emergência.</p> <p>José René Santos / CONASS propõe o encaminhamento de fazer a discussão das redes de urgência e emergências (UPAS) na próxima tripartite com o objetivo de qualificar a discussão do seminário sobre a Política Nacional de Urgência e Emergências.</p>

<p>b) Curso de cuidador de pessoas idosas com dependências. SGTES/MS. (a confirmar)</p>	<p>b) Clarice Aparecida Ferraz SGETS/DEGES/MS faz apresentação do curso do cuidador do idoso e enfatiza que foi discutido no GT da câmara técnica, e que está contemplado no Mais saúde, além da portaria do PROFAPS.</p> <p>José Ênio Duarte/CONASS relata preocupação com o cuidador do idoso no âmbito do SUS. E ressalta o projeto de Quebec com as Escolas de Saúde do SUS, no Ceará que dão apoio ao cuidador doméstico. E que é preciso repensar a qualificação do cuidador desse idoso.</p> <p>Aparecida Linhares Pimenta /CONASEMS enfatiza que há consenso da capacitação da Atenção Básica para o cuidador do idoso, mas quer entender qual será o papel do Ministério da Saúde. Será financiamento, educação permanente, parceria ou estratégia? E qual o papel do CONASS e CONASEMS?</p> <p>Beatriz Figueiredo Dobashi /CONASS afirma que é preciso ter o cuidado de não se criar uma nova profissão no SUS, mas a capacitação do cuidador do idoso é essencial para a qualidade da atenção básica, e precisamos realmente aprofundar a discussão.</p> <p>Gerson Penna /SVS acrescenta a necessidade de ver o cuidador em caráter mais amplo, e não só de pessoas idosas, mas pessoas que necessitam de cuidados especiais. E ressalta o exemplo que Portugal vem trabalhando.</p> <p>Ana Estela Haddad SGETS/DEGES afirma que há recursos tanto no PROFAPS quanto na portaria 1996; e que é preciso trabalhar uma estratégia de capacitação. E entende que parte das ações está na área do agente comunitário e a outra na área de enfermagem.</p> <p>Clarice Aparecida Ferraz SGETS/DEGES enfatiza que as escolas técnicas estão preparadas para essa discussão e que temos que saber que profissionais vamos capacitar, principalmente refletir sobre a regulamentação da profissão. Acredita que não devemos fragmentar ainda mais as ações de saúde. Uma equipe deve ter um olhar integral das ações de saúde.</p> <p>Gerson Penna/SVS conclui que não há pactuação, mas a orientação para se pensar na linha de que, não se deve criar outra profissão e sim qualificar a atenção básica para estes procedimentos.</p>

c) Sala de situação	<p>Neilton Santana Santos/ SE relata que até o lançamento tínhamos 12.000 acessos ao mês e depois do lançamento estão acontecendo cerca de 4.000 acessos por dia.</p> <p>Beatriz Figueiredo Dobashi/CONASS e Antônio Carlos Nardi /CONASEMS ressalta que a qualidade da sala está excelente e que é uma ferramenta muito importante para todos os gestores.</p> <p>Jurandir Frutuoso/ CONASS propõe que cada estado e municípios insiram nos sites o link da sala de situações, para que o acesso seja ampliado.</p> <p>Neilton Santana Santos/ SE relata que a descoberta da sala de situação o deixou tranqüilo, pois a maioria das informações para estados e municípios encontra-se neste espaço. É que é um instrumento interativo e que precisa ser alimentado por todas as instâncias do SUS. Assumiu que, irá providenciar o link para os estados e municípios.</p>
4. Informes	
a) Seminário Nacional UPAs. DAEM/SAS/MS. Carla Pintas DAEM/SAS faz o informe sobre Seminário Nacional das UPAs, no Rio de Janeiro, que ocorrerá no período de 30/11 a 02/12/09.	
b) Seminário Internacional de Fixação dos Profissionais da Saúde - Congresso da Abrasco. SGTES/MS. Márcia Sakai /SGETS informa que durante o Congresso da Abrasco ocorrerá o Seminário Internacional de Fixação dos Profissionais da Saúde em Recife-PE, no período de 31/10 a 03/11/09.	
(c) Reunião do Colegiado Nacional de Coordenação da Universidade Aberta do SUS - UNA-SUS. SGTES/MS. Informe feito por Márcia Sakai /SGETS sobre a necessidade de agilizar junto à CONJUR a aprovação da regulamentação da UNA-SUS e de trabalhar com CONASS e CONASEMS sobre a comissão para projetos pilotos.	
c) Seminário Nacional de Urgência e Emergência - o olhar da Gestão do Trabalho. Informe feito por Márcia Sakai /SGETS onde o foco do seminário será na gestão do trabalho e na rede de atenção das urgências e emergências no período de 17 a 19 de novembro de 2009, no Mato Grosso do Sul.	
5. Lançamento	
11h00: LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO, APRESENTAÇÃO DO BALANÇO E DA PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE DA DENGUE 2009/2010 pelo Ministro da Saúde José Carlos Temporão.	

--